

EM QUE ESTADO O ESTADO ESTÁ? What state is the State in?

Ademir Barros dos Santos– UFSCar/Sorocaba*
Jurany Leite Rueda– UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Buscando enfatizar a correlação entre Estado e sistema educacional, este estudo, bibliográfico e assentado no método indutivo-dedutivo, serve-se do livro *Estado e teoria política*, de Martin Carnoy, como condutor da análise pretendida. Para isso, contextualiza o ambiente em que o autor se encontra no momento em que produz seus estudos, sem abandonar, por imprescindível, o mundo e o local que o viu nascer. Como foco final, após seguir pela evolução das Teorias Gerais de Estado conforme o autor as apresenta, busca vincular as ações estatais às posturas educacionais consolidadas no ambiente escolar, apontando seus possíveis efeitos na sociedade em que este se encontra. Por fim, busca responder quais as tendências do Estado no momento atual, e como este tende a se comportar no futuro. Para tanto, ao final, apresenta um rápido exercício de análise, na busca de aguçar a visão do possível leitor quanto às opiniões aqui apresentadas.

Palavras-chave: Estado. Educação. Teoria Política. Capitalismo. Luta de classes.

Abstract: Seeking to focus the correlation between State and educational system, this study, bibliographical and based on the inductive-deductive method, uses the book *State and political theory*, by Martin Carnoy, as the guideline of the intended analysis. In order to do so, the article contextualizes the environment in which the author is at the moment in which he produces his studies, without abandoning, as essential, the world and the place that saw him being born. As a final focus, after following the evolution of General Theories of State as the author presents them, the article seeks to link the state actions to the educational positions consolidated in the school environment, pointing out their possible effects on the society in which it is. Finally, it seeks to answer what the tendencies of the State in the present moment are, and how it tends to behave in the future. In order to do so, in the end, it presents a quick exercise of analysis, in the search to sharpen the vision of the possible reader regarding the opinions presented here.

Keywords: State. Education. Political theory. Capitalism. Class struggle.

INTRODUÇÃO

As relações entre o Poder constituído e a escola formal, não parecem, ainda, ter sido devidamente enfocadas como objeto de estudo, quer pela Pedagogia, quer pelo Direito ou pelas Ciências Sociais, matérias com as quais se afina. Isso, talvez porque não se tenha tornado claro, aos analistas competentes, a indissolúvel vinculação entre esses dois institutos: a escola, transmissora de processos ideológicos e culturais, utilizada como difusora de discursos produzidos pelo Estado.

É nesse campo que este artigo se coloca, na busca de contribuir, instigando, estudos que, possivelmente, tenham muito mais importância do que aquela que a Academia lhe tem dedicado. Para tanto, é importante começar pela definição dos conceitos que serão utilizados neste texto.

ESTADO-NAÇÃO: CONCEITUAÇÃO

Imagine-se que um grupo de, digamos, algo em torno de cinquenta pessoas, mais ou menos aparentadas e seminômades, se encontre com outro que, em mesmas condições, aparente partilhar, com ele, significativas afinidades. Imagine-se mais: por conta dessas afinidades, os dois grupos se unem; e, por força do tempo, suas novas gerações sequer se lembrem que, no passado, pertenciam a

* Mestrando em Educação pela UFSCar-Sorocaba. E-mail: ademirmulato@gmail.com.

**Doutoranda em Educação pela USP. Mestre em Educação pela UFSCar-Sorocaba. Membro do GEPLAGE. E-mail: jurany.rueda@outlook.com.

grupos diferentes. Diante das afinidades e da implacável amálgama de costumes entre eles, não parece difícil imaginar que logo desenvolvam crenças e posturas comuns, especialmente quanto a seus relacionamentos com o divino, a sociedade, e a natureza. Em outras palavras: que passem a partilhar da mesma *cultura*, a cimentar suas relações. Nesse momento, do ponto de vista das ciências sociais, estar-se-á diante de uma *etnia*.

É de se supor, ainda, que esse povo, desde sua primeira formação, tenha adotado líderes, e que esses líderes tenham atingido tal posição, quer por longevidade quer por liderança natural; também parece possível crer que essas lideranças, ao longo do tempo, se tenham tornado modelos para as gerações posteriores; talvez, até mesmo sendo venerados como heróis mitificados; ou, como antepassados divinizados.

É de se crer que os descendentes desses primeiros líderes, ou mesmo daqueles que, contestando tais lideranças, assumiram tais lugares, permaneçam determinando as posturas civis, bem como ditando as leis e que, para tanto, desenvolvam corpos de defesa, ataque, manutenção da ordem, mesmo que admitindo a violência institucionalizada; o que garante, à elite dominante, o monopólio do poder, consolidada no soberano: estar-se-á diante do conceito de *soberania*. Nesse ponto, uma *nação* pode estar sendo configurada.

Ora, o próprio crescimento desse povo pode produzir a expansão do território ocupado e, se o poder da elite se estende sobre as pessoas, é evidente que também se estenderá pelos territórios que elas ocupam; que deverá ser preservado, por que suporte físico para a existência do grupo. Como decorrência, não é difícil entender que a preservação da ordem, monopólio dos senhores do poder, também se ocupe da manutenção da integridade territorial.

Diante desse fato o grupo, se necessário, poderá fixar fronteiras, para defender o território, que passa a considerar como seu; especialmente, se perante a ameaça de invasões; ou de qualquer outro possível modelo de hostilidade. Assim sendo e diante do território determinado, essa nação passa a constituir-se em *Estado*, soberano porque pode exercer seu direito de ditar as leis – ou seja, de jurisdicionar – sobre um povo, circunscrito a determinado e delimitado território: está constituído o *Estado-Nação*.

É sobre este Estado-Nação, de ora em diante denominado, apenas, *Estado*, que este artigo se debruça. Para tanto, Carnoy (1988) irá servir como guia como será observado em cada uma das seções a seguir.

O MUNDO QUE VIU CARNOY: CARNOY? QUEM É CARNOY?

Martin Carnoy, polonês de Varsóvia, nascido em 1938, um ano antes da Alemanha invadir sua terra natal, com a declarada justificativa de reconquistar soberania sobre territórios perdidos quando dos acordos que puseram fim à Primeira Guerra dita mundial; isso, enquanto a Alemanha ainda era chamada República de Weimar, e esperava excluir, de sua história, a vergonha do chamado Corredor Polonês. Essa, agressão territorial, entretanto, viu-se contraposta à maioria dos governos europeus, com ênfase em França, Rússia e Inglaterra, que formam, então e contra os alemães, o bloco bélico denominado Aliados.

No entanto, os alemães prosseguiram com suas invasões territoriais, e conquistaram rápidas e sucessivas vitórias, até 1940; no ano seguinte o Japão, com quem a Alemanha já mantinha acordos de cooperação mútua para enfrentamento à Internacional Comunista desde 1936, se junta a eles, atacando, no final do ano, as bases militares norte-americanas sediadas no Havaí; mais especificamente, a base naval de Pearl Harbour, o que provoca a adesão dos norte-americanos aos Aliados; e à Guerra.

Por que aquele ataque? Porque a política expansionista japonesa, iniciada com a violenta invasão, em 1937, à cidade e então capital chinesa de Nanquim, a que se seguiu a expansão desse ato, que culminou com o domínio japonês sobre cerca de 1/6 do território chinês, passou a incomodar os norte-americanos que, naquele momento, tinham interesses comerciais locais e, como represália, passaram a impor embargos aos japoneses; inclusive fechando, a eles, o Canal do Panamá, então sob vigilância da base destruída.

Dois anos depois do ataque japonês, também a Itália, já com o fascismo no poder, se alia ao lado nipo-germânico, formando o que se convencionou chamar de Eixo; no entanto, esse país é logo derrotado pelos Aliados. É em maio de 1945, é a Alemanha quem se rende, incondicionalmente; em setembro do mesmo ano, o Japão também desiste da Guerra, encerrando o conflito. Esse o mundo, conflagrado em guerra, que viu o menino Carnoy completar sete anos de vida.

O MUNDO QUE CARNOY VIU

Do conflito, restaram dois blocos políticos dominando as decisões do mundo: um, centrado nos Estados Unidos, movia-se pela força do capitalismo; o outro, comandado pela então chamada União Soviética, optou pelo viés comunista. Porém, não só de olhares políticos e econômicos viveu essa divisão: a belicosidade gerada pela tentativa de expansão ideológica dos dois lados tornou-se tão intensa, que o período iniciado no pós-guerra passou para a história com o nome de Guerra Fria.

Nesta divisão a Alemanha, principal ator do lado derrotado na guerra, viu seu território política e geograficamente dividido entre os oponentes: do lado Oriental, com capital fixada na cidade de Bonn, a influência soviética, que se estendeu por toda a Europa Oriental, formando o bloco que veio a ser denominado Cortina de Ferro, onde predominaram os governos autoritários de viés comunista, sob implacável controle russo, que ampliou sua influência sobre diversas pequenas repúblicas mais próximas, dando origem à confederação denominada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Do lado alemão ocidental, o alinhamento adotou o capitalismo, influenciado pelos Estados Unidos. A capital permaneceu em Berlim.

Praticamente ao mesmo tempo, ou seja, apenas quatro anos após o final da Guerra, é proclamada a República Popular da China, assumindo o poder Mao Tsé-tung, de tendência comunista; seu oponente político, Chiang Kai-Chek, foge para a ilha de Formosa onde, apoiado pelos Estados Unidos, mantém o modelo capitalista de livre comércio; Formosa logo passa a chamar-se Taiwan.

Treze anos depois de assumir o poder, Mao dá início a um dos mais relevantes acontecimentos revolucionários: ao contrário das análises comunistas então vigentes, vê na cultura o poder de transformar a sociedade; assim sendo, edita um livro com suas principais ideias – o Livro Vermelho – que passam a servir de base à Revolução Cultural Chinesa, onde o comunismo se assenta no campesinato, deslocando-se das cidades e do regime industrial; e a economia, altamente centralizada, passa a incidir sobre o consumo de tal forma que, mesmo as roupas, são padronizadas.

Quanto ao bloco ocidental, incluindo-se, aí, tanto a Itália quanto o Japão, viu-se conduzido pelos norte-americanos, onde o discurso da liberdade individual, a sustentar o capitalismo, se encontrava sob diversas ditaduras, especialmente de cunho militar. Assim em todas as Américas, com exceção, apenas, da América do Norte; mas o militarismo ditatorial, embora sob regência norte-americana, também atinge a Europa, como na Península Ibérica, por exemplo. Outro poder regional, também sob influência capitalista, que se destaca nesse período, é a Comunidade Britânica, sob comando inglês; porém, tal poder é contestado por parte de seus componentes, tais como a feroz resistência de guerrilhas apresentada pela Irlanda do Norte.

Aliás, o confronto velado por conta de guerrilhas, é característica deste período, em que governos ocidentais, militares ou não, impõem sua intolerância frente às dissidências. Por outro lado, guerras regionais permanecem na Indochina, onde franceses e, depois, norte-americanos, se envolvem no Camboja; a seguir, no Vietnã; mais recentemente, no Afeganistão, Irã, Iraque. Ressalte-se que, do lado capitalista, a ilha de Cuba, até então vista, pelos norte-americanos, como pouco mais que um lugar paradisíaco para férias e lazer, em 1959 assiste à derrubada do governo de Fulgêncio Batista, até então aliado ao bloco ocidental. Porém, a revolução cubana instala, na ilha, um governo alinhado aos soviéticos que, mesmo enfrentando embargos políticos, sociais e econômicos vindos dos norte-americanos, resiste. Inclusive, a tentativas de invasão.

Desse imperialismo bélico comandado pelos Estados Unidos, há que se destacar, ainda, o golpe contra o governo socialista chileno de Salvador Allende, que resultou na morte do então presidente e na implantação de regime militar que, sob Augusto Pinochet, dura de 1973 a 1990, quando este é derrotado pelo voto popular. Também cabe registrar que o expansionismo europeu já havia, desde 1885, retalhado todo o continente africano, tornando-o inteiramente sujeito ao colonialismo imposto, especialmente, por França e Inglaterra, do qual só escaparam a Etiópia e a Libéria. Isso, depois da 2ª Guerra mundial, já que a Itália não conseguiu dominar esse primeiro país, e as colônias alemãs se

viram divididas entre franceses e ingleses no pós rendição.

A Libéria, informe-se, ficou isenta dessa partilha, porque fora adquirida, em 1820, para servir como porto de retorno aos escravos e negros livres norte-americanos. Isso, no governo Monroe. Daí o nome Monrovia, dado à sua capital. Para além, Carnoy ainda não havia completado trinta anos quando o mundo passa a enfrentar considerável ebulição social: na Inglaterra, surgem os *happenings*, depois denominados, por corruptela, *hippies*.

Esse grupo, formado por jovens inconformados com o *status quo*, apoiados nas ideias existencialistas difundidas, principalmente, por Sartre, passa a confrontar a, até então, rígida disciplina social, pregando a liberdade individual; diante dos conflitos bélicos e da Guerra Fria, adota o *slogan* "faça amor, não faça a guerra", pregando o amor livre, com o que o feminismo de Simone de Beauvoir, aliado à descoberta da pílula anticoncepcional, ganha ênfase e materialidade; é na mesma esteira que Betty Friedman resolve queimar *soutiens* em praça pública. Como ação prática, tais jovens passam a distribuir flores, a vestir-se e comportar-se de forma não convencional, colocando flores na boca do cano das armas de fogo portadas por policiais, bem como a compor e cantar, nas ruas, músicas de protesto.

É no mesmo andar que o mundo assiste ao aparecimento de ídolos jovens rebelados contra a ordem, tais como Janis Joplin e Jimi Hendrix. Logo depois, os Beatles. A esse mundo em efervescência, junta-se a nova música rebelde, o *rock and roll*, capitaneada por James Brown e perpetuada por Elvis Presley, com sua dança nada convencional. Há ainda, o surgimento de revoltas do povo negro: a África começa a enfrentar o colonialismo; na Jamaica, ganham força as ideias de Marcus Garvey, que culminam com o nascimento de nova religião: o rastafarismo.

No território norte-americano, o campeão de boxe dos pesos-pesados, Cassius Marcelus Clay, em ato de desobediência civil, se nega a ir para Guerra do Vietnã, alegando ser fiel à religião muçulmana; muda seu nome para Muhammad Ali, e não se incomoda com a suspensão de sua licença para o esporte; nem com a de seu título de campeão. É à mesma época que Rosa Parks se recusa a dar lugar a um branco em um ônibus, disparando a reivindicação dos negros, comandados pelo pastor Martin Luther King, por direitos civis; ao mesmo tempo, Malcolm X e Louis Farrakhan, dentre outros, alimentam o movimento Panteras Negras e o chamado *Black Power*, incitando-os a enfrentar, mesmo que com violência, a segregação racial nos Estados Unidos.

Quanto à Europa, o movimento estudantil de Maio de 1968, ocorrido na França, repercute no mundo; o enfrentamento ao sistema estabelecido, portanto, reverbera e repercute por todo o mundo ocidental. É esse o mundo que o economista e professor Martin Carnoy, formado pelo Instituto de Tecnologia da Califórnia em 1960, pela Universidade de Chicago no ano seguinte, e pela mesma Universidade em 1964, docente em Stanford, analisou, do ponto de vista do Estado enquanto soberano, conforme definido acima.

Isso, talvez porque, três anos depois de sua formação na Universidade de Chicago, o movimento *hippie* tenha reunido, aproximadamente, 50.000 pessoas, em São Francisco e quase ao lado da universidade em que Carnoy pontuava: a Stanford que, altamente seletiva, possivelmente se tenha mostrado refratária aos movimentos de contestação que aconteciam quase à sua porta. É de crer, portanto, que Carnoy, professor em Stanford, possivelmente tenha sentido que, embora desta universidade saíssem incontestáveis evoluções tecnológica, tais como Google, HP, Sun Systems e similares, logo após ter dado o *star* às tecnologias de alcance mundial iniciadas com a até então primeira transmissão de Internet, ali acontecida, não entravam, por ninho de *nerds*, os ecos do mundo em ebulição. Daí os recortes, ajustes, foco e metodologia de seu estudo, que se consubstanciaram no livro *Estado e teoria política*, aqui, abordado.

Nem só da análise dos Estados ou da economia, porém, viveu o olhar de Carnoy: pesquisa promovida pela Unesco em 1997, ao testar 4.000 alunos de 3ª e 4ª séries de treze países quanto a seus conhecimentos de linguagem e matemática, apontou que os cubanos se saíam muito melhores que seus concorrentes de outras origens; a mesma experiência, repetida em 2005, confirmou tais resultados. Carnoy ficou intrigado com isso.

Assim, buscou investigar as causas desse excepcional desempenho, chegando, inclusive a, em alguns países, filmar os professores dessas matérias em sala de aula, além de pesquisar métodos de ensino e possíveis influências extraclasse; dentre suas conclusões, é famosa esta frase: "Em Cuba, a turma trabalha mais, as perguntas do educador levam todos a pensar e ele não para a toda hora para pedir

atenção", ao que se junta outra afirmação: "aproveitar melhor o tempo de aula, é o caminho cubano".

Tais frases constam de seu livro *A vantagem acadêmica de Cuba* que, publicado em 2009 pela Ediuoro, provocou sua vinda ao Brasil, onde deu muitas entrevistas e, inclusive, esteve com Paulo Renato, então ministro da Educação. Dentre suas diversas entrevistas, uma delas, a concedida à Folha de São Paulo em 10 de agosto de 2009, mereceu a análise de Paulo Ghirardelli, publicada três dias depois de acontecida¹ nela, o analista despeja verdadeira descompostura no professor norte-americano, embora se mostre perceptível, nesse texto, um laivo de má vontade com o regime cubano, mais do que alguma análise consistente que confronte o que Carnoy aponta.

É nesse sentido que Ghirardelli afirma, entre outras agressões, de certa forma gratuitas: "Ele é da ordem da fauna autenticamente cientificista². Precisa de um modelo para pensar, pois não consegue criar nada". Então prossegue, afirmando: "Ora, o modelo de Carnoy não é mais a URSS ou a Albânia – ele evoluiu! Em pleno século XXI, o modelo dele é Cuba." Sem, de fato, explicar por que, opina: "Os diagnósticos de Carnoy são uma lição de péssimo entendimento de dados estatísticos, e as soluções por ele propostas são exatamente aquilo que nós, os filósofos da esquerda que amam a liberdade e a democracia, jamais engoliriam".

Como crítica efetiva à interpretação que Carnoy dá ao sistema educacional conforme visto em Cuba, opina o filósofo: "Carnoy aponta que o ensino pode ser separado de um modo mais ou menos assim: uma parte técnica pode ser ensinada com eficácia, mesmo sob o que ele diz que gosta, que é o controle total do aluno e do professor", o que significa dizer que "ele imagina que isso é separar política e educação." Crítica daquilo que não se encontra claramente exposto nem no livro nem nas entrevistas de Carnoy, especialmente quando Ghirardelli especula que os posicionamentos do analisado se devem ao seguinte fato: "Ele quer agradar o PSDB, pois parece afinado com o Paulo Renato."

Ora, por que o intelectual, professor em Stanford tanto de Educação quanto de Economia, estaria tão preocupado assim em agradar a nosso PSDB e, especialmente, ao então ministro de Educação, é fato que não vem explicado no texto. O que se explica é que a análise de Carnoy sobre as teorias gerais de Estado, expostas em seu livro ora em tela, são bastante convincentes quanto à sua visão acadêmica aprofundada.

Por outro lado, Ghirardelli não explica por que, além de linguagem e matemática, também a medicina cubana é colocada entre as melhores do mundo. Prosseguindo, sem nenhuma pretensão de polemizar ou de fugir ao escopo deste artigo, mas, sim, de voltá-lo, ainda, aos motivos que levam a Educação a se debruçar sobre os modelos de Estado, é de se crer possível entender por que Carnoy pode ser recomendado em ambas as vertentes que ocupa na Academia.

OS ANTECEDENTES À ANÁLISE DE CARNOY

O livro em foco foi publicado em 1988, ano em que George H. W. Bush foi eleito presidente dos Estados Unidos; no mesmo ano, termina a guerra entre Irã e Iraque, o governo militar chileno perde as eleições, e Benazir Bhuto é elevada a primeiro-ministro no Paquistão, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo em um país muçulmano. Na América do Sul, dá-se início à formação do Mercosul e, no Brasil, é aprovado o mandato de cinco anos para o cargo de presidente; no final do ano, é promulgada a Constituição. Para além, talvez se mostre importante citar, ainda, que a década em que o livro é publicado, pode ter direcionado as análises de Carnoy sobre o papel e a natureza do Estado, influenciando, possivelmente suas posições.

Se assim é, cabe lembrar que é no ano de 1980 que, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores é fundado, e que a TV Globo Nacional passa a funcionar, servindo, já que canal de comunicação em massa, como aparelho ideológico, a formatar opiniões nas massas populares. Ainda no ramo das comunicações de massa, o canal de notícias norte-americano CNN – *Cable News Network* – é lançado e, na comunicação digital, aparece o padrão Ethernet. É ainda o mesmo ano que assiste ao falecimento do Marechal Tito, dando início à dissolução da Iugoslávia, visto que, a esse evento, logo se seguem violentas guerras separatistas nacionalistas, dentre as quais se formam, independentes, a Sérvia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina. Fato também marcante desse ano, é a formação do partido

¹ Ver o artigo "Paulo Freire versus Martin Carnoy". disponível em <https://ghirardelli.wordpress.com/2009/08/13/freire-carnoy/>. Acessado em 08 jun.2017.

² Aplica o termo no termo de pseudociência, ciência do achismo, conforme largamente utilizada nos sécs. XVII e XIX.

Solidariedade, na Polônia, cuja origem, nos portos de Gdansk, vem a ser a primeira organização sindical independente do bloco soviético.

O ano seguinte assiste à posse de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos, em substituição a Jimmy Carter, e o Papa João Paulo II sofre atentado, a tiros, em plena Praça de S. Pedro; no mesmo ano, Anwar el-Sadat, presidente do Egito, é assassinado. Fato marcante em 1982, é o resquício imperialista da Inglaterra ao confrontar o nacionalismo argentino que, ao invadir as ilhas Malvinas, dá início à curta guerra pela retomada desse pequeno arquipélago, no que encontra apoio norte-americano, quase internacionalizando o conflito pela mera demonstração de poder.

É 1983 o ano que assiste ao final da ditadura militar argentina, com Raúl Alfonsín assumindo a presidência; quanto à política norte-americana, há a invasão de Granada, sob a justificativa da necessidade de defesa dos interesses nacionais. Quanto ao Brasil, logo no início de 1984 acontece o levante das massas contra o governo militar instituído: é o movimento pelas Diretas Já, a exigir a participação do voto popular nas eleições para os cargos executivos nacionais, o que, consolidado pela emenda Dante de Oliveira, é rejeitado pelo Congresso Nacional; a revolução sandinista, guerrilha conduzida contra o governo da Nicarágua, vê seu representante, Daniel Ortega, eleito para a presidência. Ronald Reagan é reeleito presidente dos Estados Unidos.

Segue-se 1985, instituído, pela ONU, como Ano Internacional da Juventude; é quando Tancredo Neves vence Paulo Maluf, para a presidência do Brasil, ainda em eleições indiretas. Essa eleição marca o final da ditadura militar no país; mas, Tancredo falece antes de tomar posse e é seu vice, José Sarney, quem assume a presidência; no ano seguinte, a moeda nacional, o então cruzeiro, é desvalorizada, sendo substituída pelo cruzado; no cenário político internacional, Mikhail Gorbachev assume o cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética; com orientação mais liberal que seus antecessores, pauta seu governo pela abertura política e tentativa de reestruturação do Estado. É a esse conturbado mundo, ao qual se seguiria a dissolução da União Soviética, já a essa altura dando claros sinais de desgaste e insustentabilidade, que Carnoy assiste antes de publicar o livro ora em tela.

OS CAMINHOS QUE CARNOY SEGUIU

Segundo expõe o autor na introdução de seus estudos, não foi sua intenção “rever todas as teorias de Estado mas, acima de tudo, [...] fixar na busca de uma nova maneira de encarar o conjunto dos conceitos de Estado a partir de uma perspectiva de classe, de modo especial, a natureza dos recentes debates neste contexto intelectual” (CARNOY, 1988, p. 10). Ao examinar essa intenção, já se torna visível que a análise do autor parte do confronto entre classes, dominada e dominante, ou seja, do olhar que fundamenta o materialismo histórico em sua dialética social. Também se mostra clara a “busca por uma nova maneira” de adentar os “recentes³ debates”, limitados ao contexto intelectual. Portanto, é de se assumir que o método de análise tende a ser o indutivo-dedutivo, tendo, como fonte de pesquisa, a análise da bibliografia sobre o tema.

Isso posto, Carnoy (1988, p. 10) assim se posiciona: “A fim de ampliar o cenário para esta discussão, mostro como os cientistas sociais analisaram o Estado no passado, incluindo os que escreveram sobre o Estado a partir da filosofia clássica e utilitarista”, o que aponta, de plano, para o caminho lógico desenvolvido ao longo da obra: a obediência à cronologia do pensamento analítico sobre o Estado. Prosseguindo, o autor expõe, à mesma página, importante informação: “Não é tarefa fácil apresentar os pontos de vista passados e presentes. Isto implica em resumir ‘objetivamente’ uma escolha subjetiva das principais teorias de Estado, especialmente as que não são bem conhecidas dos leitores americanos”, ou seja: a análise parte de um professor radicado nos Estados Unidos e tem, como norte, analisar “as principais teorias de Estado”; mas, com foco naquelas que “não são bem conhecidas dos leitores americanos”.

Talvez por isso, ao ler o texto, aparece como recorrente o foco a partir do posicionamento da política norte-americana sobre o mundo, como acontece, por exemplo, na frase “A análise de Offe e O’Connor, transportada para os Estados Unidos por Wolfe em uma direção e por Block e Skocpol em outra, enfatiza as contradições e os conflitos nos próprios aparelhos do Estado”; então, prossegue opinando, como exemplo, que “Wolfe argumenta que grupos diferentes [...] tentam resolver a crise de legitimidade

³ Recordando que o livro foi publicado em 1988, o que limita a análise a essa data, desfazendo o sentido da palavra “recente” como qualificadora para os tempos atuais.

que se aprofunda constantemente no governo federal dos Estados Unidos" (CARNOY, 1988, p. 327). Enquanto conteúdo, Carnoy (1988, p. 10) explica que o objetivo de "apresentar o debate recente no interior das visões baseadas numa perspectiva de classe limita, automaticamente, os autores escolhidos [...] e nos leva a omissões consideráveis de outras teorias do Estado".

Possivelmente, é esse posicionamento que justifica o abandono de teorias apresentadas, por exemplo, por Maquiavel que, em sua obra principal, *O príncipe*, escrita no início do séc. XVI, defende o humanismo contra o teocratismo, bem como a defesa do poder a qualquer custo, dando, talvez, início às teorias de Estado Moderno. Isso, especialmente no Capítulo IX de obra sua obra citada onde, ao abordar o principado civil, opina (1977, p. 57): "não se consegue honestamente contentar os grandes sem ofender os outros, porém o povo pode ser satisfeito. Porque o *desideratum* do povo é mais honesto do que o dos grandes; estes desejam oprimir e aquele não quer ser oprimido", o que parece remeter, diretamente, à luta de classes, vista muito antes da Revolução Industrial.

Também Friedrich von Hayek não é abordado, embora tenha sido considerado um dos pilares da análise capitalista, "por seu trabalho pioneiro na teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais", conforme justificativa de seu prêmio Nobel de Economia, recebido em 1974. Talvez também em função do recorte adotado, Carnoy informe (1988, p. 10) que "os institucionalistas, como Michel Foucault, ou os humanistas históricos, como Henri Lefebvre, também não aparecem, exceto em referências e notas de rodapé", porque, "em recentes discussões nos círculos pluralistas norteamericanos (sic) são apenas referidos no contexto de uma análise muito genérica (e curta) sobre pluralismo e corporativismo", o que os exclui da abordagem adotada por Carnoy. Ainda quanto ao recorte, o autor explica, à p. 11:

Minhas principais intenções neste livro são, portanto: 1) atrair a atenção para o Estado como objeto de investigação; 2) demonstrar que há discussões sobre o que é o Estado, o que ele faz e como funciona; 3) mostrar que as divergências inerentes a essas discussões refletem diferentes pontos de vista sobre a sociedade e o papel do Estado na sociedade; 4) mostrar como diferentes pontos de vista sobre o Estado implicam em políticas diferentes de mudança social, tanto em relação aos meios quanto aos seus fins.

Assim sendo e como acima exposto, deixemos que Carnoy nos conduza pelos caminhos que resolveu seguir, na busca de encontrar respostas, atuais, sobre o estado em que o Estado está.

SEGUINDO CARNOY

A produção teórica moderna reconhece que a hegemonia capitalista mudou de nacional e concorrencial, para oligopolista e transnacional; em outras palavras, internacionalizou-se. Como resultado, as discussões deslocaram-se para algumas direções: a que enfoca a capacidade do Estado em "fortalecer recursos que mantenham ou desenvolvam a acumulação do capital de monopólio do que em sua capacidade para cumprir o seu compromisso com o cidadão" (CARNOY, 1988, p. 311-312); nesse viés, o enfoque centra-se na crise dos movimentos sociais e seu efeito sobre o Estado, deslocando-se da relação Estado/taxa decrescente de lucro.

Segundo ele, outra direção adotada aponta para a desconsideração da categoria "classe" para a amplitude do Estado ou excesso de Estado e sua mão forte, impositiva, ou excesso de democracia, a apontar para o neoliberalismo. No primeiro caso, o remédio, evidente, seria a redução do Estado e a consequente redução de suas responsabilidades de provedor, privatizando a economia e a sociedade; portanto, esse remédio aponta para o neoliberalismo como solução. Evidentemente, a outra posição aposta no sentido contrário; mas, separando o Estado da influência das massas.

Decorre que a variabilidade das posições, segundo Carnoy (1988, p. 312), se dilui em um largo espectro, que vai desde a posição em que o Estado deve vincular-se, apenas, à vontade geral para além dos aspectos econômicos, até àquelas que, em sentido totalmente inverso, aponta o Estado como inserido em um contexto marcado pelas disputas causadas pelas desigualdades políticas, econômicas, sociais, às quais deve gerir, minimizando os males daí decorrentes. Para dar conta dessa amplitude de posições, Carnoy (1988, p. 312) propõe tratá-las em grupos por similaridade: assim é que aponta, recordando seu recorte, que "o foco de sua atenção centra-se nas teorias do Estado fundadas na perspectiva de classe"; mas ressalva a seguir, na mesma página e na seguinte:

"Entretanto, a visão predominante do Estado, ao menos na América, está enraizada, como mostramos, mais numa tradição e pensamento liberal do que em ideias (sic) marxistas."

A partir dessa constatação, subdivide as teorias liberais em dois grupos: o liberalismo e o corporativismo. No primeiro modelo, apresenta dois posicionamentos contrapostos: o que deriva de Adam Smith e aponta para a ação do mercado como direcionadora da sociedade, o que encontra certa atualização em Hayek que, segundo interpretação de Ribeiro (2002, p. 94), opina que "o sistema de preços, entendido como a grande interface do mercado, é o que ajusta as expectativas dos detentores de conhecimento fragmentado, numa ordem espontânea". Porém, não é possível negar a influência do Estado nos preços de mercado, quer pela gerência de impostos, quer pelo balanceamento entre a restrição e a liberdade que este permite ao mercado, para agir.

O segundo modelo liberal, que deriva de Bentham e James Mill, defende o sentido inverso: para eles, o Estado mínimo sugerido por Smith está sujeito à corrupção, porque é mero reflexo da vontade popular; por isso mesmo, pode ser colocado contra a vontade da sociedade civil burguesa, uma vez que, neste caso, às massas se abre a possibilidade de utilizar os instrumentos de violência estatais, para substituir a ordem vigente por outra nova que, por definição, pode ser imprevisível. Inclusive, cerceando liberdades. Na outra ponta está a teoria que defende o corporativismo: esta restringe a ação do Estado à meritocracia burguesa, visto que se apoia no seguinte discurso

[...] os líderes das corporações e dos sindicatos e os tecnocratas estatais de alto-nível são os mais bem-sucedidos (sic) de seus membros, eles são os mais inteligentes e deve ser dada a eles a responsabilidade de resolver os problemas nacionais (coletivos), com muito menos restrição às suas atividades por parte do público menos instruído e menos capaz. O planejamento corporativo é mais racional que a tomada de decisões democrática e participativa. (CARNOY, 1988, p. 315)

Talvez Aristóteles tenha se levantado, apenas para ouvir, ao longe, os ecos de seu discurso. Como decorrência desse posicionamento, neste viés e segundo aponta Carnoy à mesma página, a democracia ampla deve ser reduzida em nome do crescimento econômico e da ordem nacional, o que parece apontar para regimes fortes, já que essa postura não é vista "como interferindo na eficiência de uma economia de livre-mercado, mas como essencial para sua racionalização". A grande inversão nesses modelos pode ser vislumbrada na seguinte forma: no liberalismo, o Estado é visto como objeto, já que subordinado, via democracia ampla, à manifestação popular, que ele, apenas, reflete; já na visão corporativista, é ele encarado como sujeito, autor do movimento social, até porque provedor e promotor do desenvolvimento visto em forma ampla.

Prosseguindo, Carnoy vai além e aborda o Estado analisado a partir das perspectivas de classe, que "postulam que o Estado é uma expressão ou condensação de relações sociais de classe, e estas relações implicam na dominação de um grupo por outro"; decorre que o Estado, nesse modelo, se torna, em consequência, "ao mesmo tempo um produto das relações de dominação e o seu modelador". Sendo esse o foco que, desde o início, Carnoy propõe como caminho para seus estudos, é cabível e desejável apresentar a evolução – ou melhor, as modificações – que esse pensamento percorreu ao longo do tempo.

Assim sendo, partindo de Marx e Engels: observando as modificações sociais decorrentes da Revolução Industrial, cujo início, na primeira fase, pode ser alocado à segunda metade do século XVIII, esses autores desenvolveram sua teoria, assentada no materialismo histórico dialético, conforme exposto no Manifesto Comunista, de 1848. Nele, defende-se, exageradamente⁴, diga-se de passagem, que "a História de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes"⁵, caracterizada pela exploração do ser humano por outro ser humano: quem explora tem, por marca diferencial, a posse dos bens de produção; portanto, consegue extrair a força do trabalho de quem não os possui, ou seja, a mais valia.

⁴Exageradamente porque, se verdade onde os regimes escravo, feudal e o decorrente da Revolução Industrial confirmam esta hipótese, onde estes eventos, como em África e nas Américas pré-colombiana não ocorreram, a assertiva não se sustenta.

⁵Segundo o *Manifesto Comunista*, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Comunista>, acessado em 17 jun.2017.

Como solução, a luta. De classes. A ser promovida pelo lado explorado, que busca destituir a elite detentora dos meios de produção – onde o capital tem, por principal motor, o dinheiro – tomando o poder, para distribuir a equidade social entre as massas proletárias. Levando ao pé da letra essa posição, Lênin, em 1917, assume o comando na Rússia, implantando o regime totalitário em que as propriedades populares passam ao patrimônio estatal, que se torna responsável único por sua distribuição; portanto, provedor de todos os bens; mas detentor inabalável da violência estatal.

Daí seu entendimento sobre o imperialismo, por ele visto como o exercício incontestado do poder, passagem absolutamente necessária para o desenvolvimento do socialismo, regime transitório para a obtenção do ideal da distribuição equitativa dos bens de vida, ou seja, do bem comum. Daí o nome: "comunismo". No entanto, contradição interna no processo é a supressão da liberdade individual, como condição necessária à efetivação da igualdade social. Em outras palavras: o Estado passa a impor sua vontade sobre a compulsoriamente abdicada vontade individual; mas, se visto à lente contrária, comum deveria ser a vontade expressa das massas, não a imposição da vontade governamental, assentada no poder da violência legalizada.

Prosseguindo: Gramsci, intrigado com a vitória da Revolução Russa, que não se efetiva em sua terra, a Itália, passa a pesquisar as causas dessa impossibilidade; nisso, é preso; durante dez anos, ao fim dos quais morre. Do julgamento, passou à história a frase que o condenou à prisão, em 1928: "Por vinte anos devemos impedir a este cérebro de funcionar", disse o procurador; e essa foi, efetivamente, o alcance de sua condenação. Porém, preso, Gramsci, então chefe do Partido Comunista Italiano, não abandonou o pensamento político-social e, mesmo que de forma esparsa, o expôs nos seus depois famosos Cadernos do Cárcere, assim como nas um tanto quanto menos famosas Cartas do Cárcere.

Nesses textos, ultrapassa Marx, Engels, Lênin, ao identificar processos que denomina tentativas de hegemonia, ou seja: aqueles que levam as massas a incutir o discurso das elites; aponta, ou melhor, denuncia, como canais para tanto, a família, a igreja e a própria sociedade, entidades civis que, convencidas por esses discursos, por vezes subliminares, formam consenso, imobilizando as massas. Para tanto sugere, como antídoto, a figura do intelectual orgânico: o pensador que, ao analisar os processos sociais, consegue identificar tais discursos e denunciá-los, levando as massas, reconvenidas, a se organizarem contra o poder constituído.

Na sequência, vem Louis Althusser. Nascido apenas dez anos antes da condenação de Gramsci, avança o pensamento do intelectual italiano ao retomar, ampliando, os canais com que o poder se instila entre as massas: daí sua concepção dos Aparelhos Ideológicos do Estado, que se escoram nos Aparelhos Repressivos do Estado. Segundo ele e quanto aos primeiros, atuam internalizando, nas massas, as ideologias dominantes, com o que tornam, aquelas, auto dependentes, por convencidas das verdades que lhes são apresentadas⁶; já a seus irmãos gêmeos, os Aparelhos Repressivos de Estado, cabe impor, sobre quem se rebelde contra o Poder Constituído, as leis, via violência legalizada.

É Nicos Poulantzas quem o segue; mas avança quando aponta que o próprio Poder não é constituído por um só bloco hegemônico, mas, sim, por blocos – partidos políticos, no dizer atual – que, por dentro dele, buscam o domínio do todo. Se assim é, a necessária coalizão entre diferentes, por vezes até antagônicos, passa a ser necessária na busca da maioria, já que o consenso não parece de fácil alcance. Isto pode ser comprovado, por exemplo, diante do recente enfraquecimento de Theresa May à frente do parlamento inglês, o que a obriga a buscar coalizão – cedendo em muitos pontos de sua posição política, é o esperado – com partidos nanicos, para obtenção da maioria necessária para manter a governabilidade.

A partir dessa constatação, Poulantzas opina que no Estado, a partir de sua composição pluripartidária, onde representantes de diversas orientações políticas disputam a primazia do poder, forma-se o não-hegemônico e, comumente, contraditório, "bloco no poder"; o que torna o Estado "a materialização e condensação das relações de classe" (CARNOY, 1988, p.321).

É diante de tantas teorias que Carnoy (1988, p. 323) se posiciona: "O Estado capitalista é, portanto, em qualquer momento da história, o produto de sua história anterior, incluindo sua relação com lutas anteriores na sociedade civil", o que o leva, na mesma página, a opinar que as "teorias do Estado apenas podem ser vistas em termos de sua aplicabilidade histórica específica", o que torna sua definição "totalmente contrária ao estruturalismo althusseriano ou ao instrumentalismo leninista".

⁶ "Ehhh, vida de gado, povo marcado, povo feliz!", pregou Zé Ramalho, em seus versos propagados em sua música *Vida de gado*, lançada em 1979.

Falta, ainda, abordar a tendência de formação de blocos hegemônicos interestatais, assim como aconteceu com a União Soviética ou, menos consolidadamente, com o Mercosul, o Mercado Comum Europeu, a formação da Zona do Euro, e similares.

Nesse ponto, é obrigatório considerar-se governos que se posicionam como guardiães do mundo, tal como o foi acintosamente posto nos tempos da Guerra Fria, dos quais resultaram resquícios importantes: a Rússia ainda exerce poder sobre os países do Leste Europeu, talvez com alguma disputa direta com a China, atualmente em plena expansão neocolonialista, especialmente em direção ao leste africano. É no mesmo andar que é possível visualizar o poderio norte-americano sobre o mundo ocidental, em que se apresenta com duas posturas, diversas mas complementares: parceiro da Europa, formador de dependências nas Américas.

Esta segunda postura viu-se enfrentada em 1967, quando da publicação de "Dependência e desenvolvimento na América Latina", em que o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto defendem que a estrutura, tanto social quanto política, vai sendo automaticamente ajustada, à medida que diferentes grupos vão ocupando lugar nas estruturas do poder. No entanto e segundo esses autores, o povo em si não é considerado como classe influente, visto que, enquanto dominado, seus indivíduos não podem transformar a sociedade a partir, diretamente, de sua situação: isto só é possível quando organizados em entidades autônomas de classe.

Mesmo nesse caso, porém, pode ocorrer o efeito do amortecimento das demandas, à vista de concessões do Poder à melhoria das condições de vida da população, mesmo que em doses homeopáticas; assim também com o engajamento de suas lideranças nas instâncias decisórias. Por outro lado, segundo eles e pelo menos nos casos dos países da América Latina, em nenhum momento houve a disponibilidade de empréstimos voltados a investimentos promotores da transferência ou do desenvolvimento de tecnologias próprias, mas, sim, a instalação de indústrias completas; portanto, o capital acumulado produzido tem, por destino, o reinvestimento nas próprias plantas; ou a remessa para suas matrizes.

O processo, evidentemente, tende a perpetuar a dependência desses países, ditos periféricos. No entanto, os autores apontam para a saída: a colaboração entre os capitais interno, externo e estatal, unidos na promoção do desenvolvimento local, sem que, de fato, aconteça o confronto com as economias externas, já que o Estado, nos países dependentes, pode surgir como "um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também como instrumento direto de sua constituição, através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais." (Cardoso e Faletto apud SMANIOTTO, 2017, p. 207). Em mais simples palavras: o que se pode denominar desenvolvimento-associado, conforme apontado na obra mencionada.

RETOMANDO O OBJETIVO

Isso posto, restam questões ainda não enfrentadas neste artigo; dentre as quais, o papel da educação enquanto reprodutora da ideologia de Estado. Isso porque é dever da educação, quer escolar quer apenas social, transmitir valores e posturas que, consolidados na cultura, cimentam a inserção do indivíduo na sociedade a que pertence.

Ora, se assim é, merece especial atenção a educação escolar, porque, se a não escolar não é facilmente controlável, essa se encontra sujeita, no entanto, ao que aquela incute em seus regulares aprendizes. No mínimo porque estes tendem a formar novas gerações, que podem recusar ou, no mínimo, enfrentar os valores culturais que não lhes forem transmitidos por sua escola, transformando a sociedade.

Analisando a partir dessa dinâmica, é de se questionar dois pontos: por que a busca da padronização dos currículos, quer a nível nacional, quer internacional? Sendo, a escola regular, potente agente ideológico, a padronização não tende a cercear a diversidade de crítica, poderoso motor na busca da excelência social? Questão em aberto; mas que pode ser analisada à vista de sua materialização; exemplo próximo é, claro, o Brasil.

É com esse olhar que se mostra evidente as intencionalidades embutidas nas alterações curriculares ocorridas, por exemplo, durante o regime ditatorial militar, quando matérias de cunho claramente ufanista, tais como OSPB, por vezes aplicada com o intuito de prover o mascaramento da real situação social do país, se encontrava sob o vigilante olhar do Poder constituído. Isso, em substituição a outras

matérias de cunho evidentemente intelectual, tais como os idiomas, ou as experiências laboratoriais. Ora, uma vez modificado o Poder central, o currículo também se viu alterado; o que, novamente, está pronto a acontecer, agora em aparente alinhamento com os currículos internacionais de origem ocidental.

Pois bem: o ambiente escolar parece aderir, perfeitamente, ao que Althusser denominou Aparelho Ideológico de Estado que, atualmente, talvez possa alterar, tranquilamente, seu nome para Aparelho Ideológico Social, visto que produz efeitos bastante visíveis para além do Estado, porque interage, também, com o ambiente externo à escola. É de se destacar, nesse sentido, que os aparelhos ideológicos embutem, em si, laivos de aparelho repressor, também; ou, que se aceite o eufemismo, já que o adjetivo "inibidor" parece mais adequado. Afinal, a ideologia conduz o raciocínio e, ao conduzir e apresentar valores consubstanciados na cultura vigente, também aciona o controle social, além de impor barreiras internalizadas por aqueles que a ela se sujeitam; é certo que há exceções. Porém, em sociedade, as contestações são sempre bem-vindas.

Como corolário, é de se notar que, em contrapartida ao caráter disfarçadamente repressor dos aparelhos ideológicos – aí incluídos, além da escola, as crenças, os meios de comunicação, a moral e os costumes – a recíproca é verdadeira: a simples existência e presença do aparelho repressor traz efeitos ideológicos, especialmente quando a repressão está consubstanciada em lei, caso em que o próprio Código, por escrito e normatizador, antecipa o ato que será reprimido, impondo o disciplinamento por antecipação. No entanto, a presença física do aparelho repressor oficial, uniformizado, tende a impor a ordem que, de outra forma, não seria seguida: eis o aparelho ideológico embutido em seu gêmeo repressor, flagrado em plena ação!

É certo, entretanto, que os morros do Rio de Janeiro, ao enfrentar a chamada Polícia Pacificadora, tendem a desfazer esta ideia; contudo, há que se considerar que, naquele específico caso, talvez não se trate do Poder Constituído disciplinando a plebe mas, sim, de confronto entre poderes paralelos, com interesses divergentes; nesse caso, quem tem as melhores armas e o mais preparado exército, normalmente, vence. Para afirmar o que acima vai descrito, porém, basta lembrar o caos recentemente instalado, ainda no presente ano de 2017, no Estado do Espírito Santo, apenas porque a Polícia Civil, braço visível do aparelho repressor, resolveu abandonar as ruas, disfarçando, via ocupação externa de seus quartéis, a ilegalidade de sua greve.

Outra questão até aqui em aberto, diz respeito à resposta que o título deste artigo exige: em que estado o Estado está? Ao que, talvez, caiba retrucar, sem nenhum sinal de escapismo ou ironia: o Estado está em constante transição. Diante disso, talvez se apresente perfeitamente cabível recordar Carnoy (1988, p. 323): "O Estado [...] é [...] o produto de sua história anterior, incluindo sua relação com lutas anteriores na sociedade civil", o que o leva a opinar, na mesma página, que as "teorias do Estado apenas podem ser vistas em termos de sua aplicabilidade histórica específica".

Em outras palavras: uma única Teoria Geral do Estado tende a renegar tantas outras teorias quantas forem as histórias anteriores dos Estados não estudados, visão que se torna ainda mais complexa quando se assiste às constantes mudanças de posição e foco que os Estados adotam. Como exemplo, eis os capitalistas, detentores dos rumos da política mundial, que sempre se pautaram pela pregação do livre comércio recomendada por Hayek, mal conduzindo seus próprios destinos em linha reta, atualmente derivando à direita, à vista do reforço ao nacionalismo exacerbado que os ataques ideológicos de outras matrizes lhes têm apresentado, em confronto aberto.

Em visão um tanto quanto mais ampla, a análise pode se voltar à quase extinção das posturas baseadas na luta de classes, à luz do histórico dos países que as adotaram e o cenário atual: Rússia e China, pilares das tentativas socialistas e, depois, comunistas, somente se sustentaram à custa do cerceamento das liberdades individuais. Isso de tal forma e com tanto empenho que, mesmo cerceando as liberdades, quer de posturas quer de pensamento, viram-se, pelo menos nos primeiros tempos de implantação de tais regimes, obrigados a eliminar, junto com as ideias dissidentes, não só as ideologias mas, também e fisicamente, o corpo de seus portadores.

Para além, as pressões internas e externas fizeram ruir o portentoso edifício da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de onde restaram pequenos Estados, ainda muito dependentes da grande

Rússia que, atualmente, se volta, embora de modo ainda tímido, ao capitalismo de mercado. Não difere muito dessa história o caso da China pós Mao Tsé-Tung: também o grande país asiático se rendeu às mazelas de sua fechada economia e, provocando a insatisfação popular, viu-se, mesmo que isento de convulsões internas, forçado a, também ainda timidamente, voltar-se à economia de mercado.

Cuba ainda resiste; porém, os sinais de sua abertura política e econômica se tornam cada vez mais visíveis. Como governos sujeitos a outros formatos, talvez se encontrem, apenas, os países nórdicos. Capitalistas, estabilizados, com índices que sempre os mantêm no topo da excelência política e econômica, portadores de notória igualdade de oportunidades e possibilidades, assim como de posicionamento sócio individual, parecem estáveis, embora sob carga de impostos que, em alguns casos, causariam arrepios aos brasileiros, que já se consideram ultra tributados.

No entanto, em tais países, embora convivendo com altas impostos, não se partilha da mesma visão que o exterior lhes atribui: isso porque o Estado retribui, em manutenção da excelência de serviços, tudo o que recebe. É de se crer que esse modelo de Estado, que se apresenta para além de provedor, por ser mantenedor das benesses já concedidas em nível de excelência, tenha sua ação estatal reconhecida pelo povo.

Será que outros fatores também influem? Será que a unidade cultural, aliada às pequenas extensões de território – o que limita o esgarçamento do controle social a níveis bem abaixo dos que se encontram nos países sujeitos ao gigantismo geográfico – servem como explicação, mesmo que parcial? Ou será ainda que é a distribuição de renda igualitária, detectada pelo Índice de Gini, que inibe a desonestidade e impõe controle natural, quer sobre o Estado, quer sobre os cidadãos, e serve, pelo menos potencialmente, para a explicação do fato –isso, além de promover o difícil caminho do equilíbrio entre liberdade de mercado e igualdade social?

Afinal, países que se posicionam como centrais na economia capitalista, também atingem níveis elevados de satisfação, embora nem sempre confinados a pequenos territórios, ou não convivem, a exemplo daqueles nórdicos, com cultura homogênea, que não apresenta variadas nuances, sendo estas, às vezes, até contraditórias. Tal constatação pode enfrentar o que acima vai descrito. Entretanto, há que se considerar que, em tais países, ainda há a convivência de extremos sociais, a se debaterem pela eliminação das diferenças, mesmo que por meios violentos: são notórios os crimes que permeiam a história norte-americana, especialmente contra vítimas negras; isso, desde a Guerra Civil; e ainda nos dias de hoje.

Também é notória a aversão institucionalizada a enfrentar grupos latinos naquele país, o que não parece muito diferente nos países europeus de mesmo alinhamento que, assim como a matriz norte-americana, convivem com as duas pontas da riqueza: notáveis milionários pisam as mesmas calçadas que servem, a mendigos, como substitutas a inexistentes moradias. À vista disto, reitere-se: Em que estado o Estado está? Em estado de transição permanente. Espera-se que para melhor. Pelo menos, do ponto de vista social. Se possível isso for.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do livro, Carnoy deixa em aberto algumas questões que, vistas trinta anos depois de sua publicação, talvez mereçam algum esforço de resposta. Simplificando algumas delas: Há como generalizar a ação dos sindicatos que, nas visões da luta de classes e, mesmo na apresentada por Cardoso e Faletto, podem e devem assumir papel primordial para a efetivação da presença das massas populares nos estamentos governamentais? Outra questão: Já que o relacionamento entre classes não pode mais ser universalmente visto como a luta entre dominantes e dominados, de quem será este papel e quem o assumirá na contestação às hegemonias?

Talvez decorram destas outras questões que ainda parecem em aberto: por que o mundo ocidental, aí incluídos os Estados Unidos, tem se voltado tanto para a direita, a ponto de enfrentar, acintosamente, o diferente, quer negro, quer homossexual, quer imigrante, recusando-lhes, sistematicamente, participação nos blocos de poder? Como enfrentar ou, pelo menos, disciplinar as tentativas de domesticação das escolas via padronização do currículo, sem incorrer na castração do senso crítico, possivelmente o único motor capaz de produzir igualdade sem ofender a liberdade?

Qual o papel das mídias sociais, com seu incontrolável alcance, instantâneo e mundial, no disciplinamento das mentes e padronização das posturas, já que o bombardeio indiscriminado e elevado de informações, tende a enfraquecer o senso crítico? Que verdades realmente são verdades, à vista da profusão de opiniões superficiais que são transmitidas, a todo instante e versando sobre todos os assuntos, sem que se dê, o vulgo, ao trabalho de dedicar-se a verificar a profundidade e intencionalidade das mesmas, já que notícias banais são produzidas e disseminadas em maior quantidade?

É possível ajustar o sistema de transmissão de conhecimentos, escolar ou não escolar, ao indiscriminado uso da mídia virtual? Ou trazer este instrumento, saneado, a favor da escola? Se possível, esse instrumento é capaz de formar indivíduos críticos, preparados, via educação, para influir nos destinos dos Estados? Como exercício final, vai aqui proposta a análise comparativa de índices econômicos recentes de três países, sujeitos a governos com posturas diferentes, o que produz, por consequência, diferentes resultados sociais; são eles Cuba, Brasil e Dinamarca.

Quadro 1: Índices Econômicos

	Gini (2012) ⁷		IDH (2014) ⁸	Saúde (2011) ⁹
Brasil	Banco Mundial	0,547	79º	125º
Cuba	Índice Global da Paz	0,300	68º	39º
Dinamarca	Banco Mundial	0,247	5º	34º

Fonte: OMS (2017)

Para facilitar o exercício, informe-se que o IDH – Índice de Desenvolvimento humano, elaborado pelas Nações Unidas, é o que, comparando diversos países, os classifica levando em consideração diversos fatores combinados, tais como níveis de escolaridade, longevidade da população e renda *per capita*, obtida esta como divisão do Produto Interno Bruto pela população do país. Já o Índice de Gini, busca ajustar as distorções de que a renda *per capita*, por se tratar de média simples, pode padecer; assim, é índice que mede a efetiva distribuição da renda entre a população estudada, de forma que, quanto mais o índice se aproxima de 1, mais desigual é esta distribuição.

Por fim, o índice que mede a eficácia do sistema mundial de saúde; embora não leve em conta nenhum ajuste – o que torna possível que alguma parte da população, com ótimo atendimento possa, no índice, contrabalançar níveis péssimos de outra parcela populacional, desassistida pelo sistema –, não deixa de ser um bom índice que, mesmo especulativamente, sugere o nível de bem estar social. Se, do que vai exposto neste artigo, algum incômodo restar em quem se dê ao trabalho de lê-lo, já terá valido a pena o prazer de tê-lo escrito.

REFERÊNCIAS

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

GUIRALDELLI Jr., Paulo. *Paulo Freire versus Martin Carnoy*. Disponível em: <<https://ghiraldelli.wordpress.com/2009/08/13/freire-carnoy/>>. Acessado em: 8 jun. 2017.

MACHIAVELLI, N. *O Príncipe*. São Paulo: Hemus, 1977.

MANIFESTO COMUNISTA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Comunista>. Acessado em: 17 jun.2017.

OMS. Ranking do sistema mundial de saúde por países. Disponível em: <https://kapitololo.wordpress.com/2011/10/17/ranking-do-sistema-mundial-de-saude-por-paises-oms/>

⁷Para mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_igualdade_de_riqueza

⁸Para mais informações: <https://pt.actualitix.com/pais/wld/indice-de-desenvolvimento-humano-por-pais.php>

⁹ Para mais informações: <https://kapitololo.wordpress.com/2011/10/17/ranking-do-sistema-mundial-de-saude-por-paises-oms/>

RIBEIRO, F.C. *Hayek e a teoria da informação: uma análise epistemológica*. São Paulo: Annablume, 2002.

SMANIOTTO, E. I. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Resenha de CARDOSO, F.H.; FALETTO, E., 7. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1970. *Revista HISTEDBR On-line*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/res1_22.pdf>. Acessado em: 17 jun.2017.

Recebido em: 08.01.2017

Aprovado em 10.04.2017